

A precarização do trabalho docente de escolas de educação profissional do Ceará no período pandêmico: breves considerações à luz do método marxiano

Autores:

Maria Elly Krishna dos Santos Pereira

Universidade Estadual do Ceará- UECE

Osterne Nonato Maia Filho

Universidade Estadual do Ceará- UECE

Natasha Alves Correia Lima

Universidade Estadual do Ceará- UECE

Jória Ane Lima Batista Almeida

Universidade Federal do Ceará - UFC

Amanda Agostinho Guedes Peixoto

Universidade Federal do Ceará - UFC

Maria Núbia de Araújo

Universidade Estadual do Ceará- UECE

Marismênia Nogueira dos Santos

Universidade Estadual do Ceará- UECE

DOI: 10.58203/Licuri.83223

Como citar este capítulo:

PEREIRA, Maria Elly Krishna dos Santos et al. A precarização do trabalho docente de escolas de educação profissional do Ceará no período pandêmico: breves considerações à luz do método marxiano. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 26-43. v. 1.

ISBN: 978-65-999183-2-2

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma análise introdutória de diversos aspectos envolvidos entre o capital contemporâneo e as relações de trabalho em sua correlação com a precarização do trabalho docente dos professores a luz do marxismo, tomando como ilustração à docência nas Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará- EEEP, envoltas na crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19. Apoiamo-nos na onto-crítica-marxiana, referencial que nos permite desvelar contradições e determinantes do real e propor alternativas para sua transformação. Os procedimentos metodológicos adotados foram à pesquisa bibliográfica e documental, numa perspectiva exploratória da análise, em vista do fenômeno pandêmico ser muito recente e ainda em andamento. Observamos que a precarização do trabalho, fenômeno inerente à ordem do capital, se aprofundou consideravelmente no período pandêmico para os docentes das escolas de educação profissional no contexto de ensino remoto, devido, contraditoriamente, ao aumento da exploração do trabalho e ao modelo de funcionamento destas instituições.

Palavras-chave: Docência. Crise sanitária. Escolas de Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

A correlação entre a crise econômica e a propagação do COVID-19 gerou profundos impactos e consequências para todos os indivíduos que dependem da força de trabalho para a garantia de sua existência. No Brasil, antes da disseminação da pandemia, já verificamos uma intensa exploração do trabalhador, além de uma acentuada precarização das condições de trabalho. A educação, como parte deste cenário, apresenta particularidades que concorrem a modalidades de precarização do trabalho docente muitas vezes com invisibilidade.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise introdutória de diversos aspectos envolvidos entre o capital contemporâneo e as relações de trabalho em sua correlação com a precarização do trabalho docente dos professores a luz do marxismo, tomando como ilustração à docência nas Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará- EEEP, envoltas na crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, doença do corona vírus surgida em 2019.

Evidenciamos que não é possível falar sobre precarização do trabalho docente sem oferecer algumas indicações do modo como se constitui a formação da subjetividade no trabalhador docente, individual e coletivamente, no capitalismo, tomando a ontologia do trabalho como ponto de partida do nosso estudo e a sociedade capitalista como palco atual da produção e reprodução da precarização do trabalhador.

Para fins didáticos, o artigo está dividido em quatro partes: primeiramente recuperamos o conceito de trabalho a luz do marxismo. Em seguida, em caráter introdutório, trataremos da precarização do trabalho docente no contexto da crise capitalista. Logo após, apresentamos, em linhas gerais, as características do trabalho docente nas EEEP. Por fim, discutiremos sobre a precarização do trabalho docente das Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará, em tempos de pandemia.

METODOLOGIA

No perpassar da história humana, percebemos que os homens, ao modificarem a natureza, procuram respostas aos mais diversos questionamentos. O produto deste

movimento é o conhecimento historicamente produzido pela humanidade, muitos deles aplicados em uma diversidade de artefatos culturais. O conhecimento humano é um reflexo da nossa atividade no mundo objetivo em que estamos inseridos e responde pela sociabilidade presente em cada tempo histórico e, por conseguinte, reflete o desenvolvimento das forças produtivas e para ele contribui. À vista disso, Marx e Engels (2007, p. 86-87) expõem que, “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação”.

O método onto-gnosiológico, inaugurado por Marx, constitui-se como a mais precisa ferramenta teórica para a apreensão e a compreensão do real, de modo a contribuir com a possível transformação radical e revolucionária da sociedade, inclusive a atualmente posta. Desta maneira, o pesquisador ao adotar este referencial metodológico deve ter ciência que a realidade objetiva existe independente do sujeito e da investigação, que o objeto tem uma dinâmica própria, mas que pode se apreendida e capturada na interação efetiva com o sujeito que a inquire, por ele é provocado e pode por ele ser modificado, assim como o sujeito pode também transformar essa realidade. Sendo assim, em Marx, compreender um objeto do ponto de vista ontológico é metodologicamente inquirir a origem e seu processo de desenvolvimento no movimento do real e suas determinações na totalidade concreta e histórica.

Nesta via, na perspectiva de entender as bases e as dimensões históricas da presente propositura, procuraremos analisar as relações entre o trabalho docente precarizado dos professores e das professoras das Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará, com vistas a desvelar a relação entre o capital em crise e a agudização da precarização do trabalho docente e seus desdobramentos. Para tanto, utilizaremos a onto-crítica-marxiana, tendo como procedimento metodológico a pesquisa teórico-bibliográfica, com vistas a situar historicamente e esclarecer contextualmente as contradições e os determinantes do objeto em questão.

Destaque-se que nossa análise parte de uma perspectiva exploratória, especialmente em vista do fenômeno pandêmico ser muito recente e ainda em andamento. Do ponto de vista da pesquisa bibliográfica, fizemos uma revisão narrativa da literatura sobre precarização docente e crise sanitária e da análise documental consideramos registros oficiais da política federal e estadual o ensino profissionalizante.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO A LUZ DO MARXISMO

Na concepção marxiana, o trabalho é o alicerce de toda atividade humana intencionalmente diferenciada, ou seja, o trabalho configura-se enquanto categoria ontofundante do ser social (LUKÁCS, 2013). Desta forma, podemos perceber que a atividade produtiva dos homens é a unidade mediadora entre a teleologia que marca a subjetividade humana e a objetividade do mundo governada pelas leis da causalidade natural. Dito de outro modo, “[...] o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (sinnlich). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz (MARX, 2009, p. 81, grifos do autor)”. Ressaltamos apoiados no autor, que o trabalho está vinculado, na sua essencialidade, à possibilidade de criação do novo pelo homem, pois, a cada novo ato de trabalho, cria-se uma situação objetivada que anteriormente só existia na sua consciência.

É fato que o processo de trabalho e o produto desse trabalho podem repetir e reproduzir produtos idênticos aos produzidos anteriormente e são, nesse sentido, uma reprodução. O que marca a novidade, no caso humano, é a possibilidade de escolher entre alternativas, de produzir coisas e objetos a partir de sua intencionalidade, que embora tenham suporte na causalidade das leis naturais, seguem objetivos e necessidades puramente humanas e sociais. Por exemplo, outros animais utilizam instrumentos e aperfeiçoam objetos para usá-los em termos de outros fins, uso instrumental, mas não atingem a sofisticada capacidade de fabricação humana.

Como consequência do desenvolvimento do trabalho, dessa atividade teleologicamente orientada para fins humanos, surgiram novas atividades e operações cada vez mais complexas resultado de objetivos e de necessidades cada vez mais elevadas, que afastaram gradativamente os homens das barreiras naturais e dos demais animais.

Neste contexto, cabe salientar que os animais modificam a natureza, porém seu domínio se dá de forma biologicamente orientada, automática, com pouca mediação da aprendizagem quando comparada ao humano, estando sua atividade submetida às determinações da natureza, enquanto atividades reflexas e condicionadas a tais leis. Diferentemente dos animais, a ação humana na natureza tem caráter intencionalmente diferenciado e planejado, os atos humanos têm consequências sociais e históricas. São conservados, construídos e reconstruídos em registros e artefatos culturais.

Constatamos que na história humana nenhum acontecimento literalmente se repete, a processualidade histórica é algo contínuo e incessante. No entanto, a partir da instauração da sociedade de classes, a produção da base material que garante a reprodução da sociedade efetivou-se a partir de diferentes modos de dominação do homem pelo homem, prevalecendo, no atual modo de produção, as relações sociais baseadas no trabalho assalariado.

Sob a égide do capital, a deformação e o empobrecimento do homem alcançam as mais inúmeras manifestações, sendo que, essencialmente, todas elas estão alicerçadas em uma única manifestação, a de tratar o ser humano como produtor e consumidor de mercadoria e objetando-o ele mesmo como uma mercadoria, como força de trabalho a ser adquirida pelo capital. Desconsiderando as verdadeiras necessidades humanas, tal relação impulsiona o sujeito, no plano individual, e a sociedade, no plano global, a uma única consequência, a acumulação do capital.

Na contemporaneidade, os problemas e as contradições sistêmicas são agravados diante do cenário de crise estrutural do capital. Para Mézáros (2003), a cada nova crise, ocorre uma “protelação forçada” da continuidade do sistema do capital, que somente agrava as contradições sistêmicas, pondo em risco a sobrevivência da própria humanidade. A “incontrolabilidade do sistema do capital” pode ser observada pela insolvência das contradições e pelo antagonismo sistêmico. Para o autor “[...] se no século XXI ocorrer realmente o triunfalismo do ‘século americano’ do capital, não haverá futuros outros séculos para a humanidade, muito menos um milênio (p. 16)”.

Mézáros (2003) revela que a reprodução a qualquer custo do capital não é um cenário viável, visto que “[...] consumo e destruição são equivalentes funcionais” (p. 22). As pessoas que vivem nos países periféricos veem, cotidianamente, a cada crise cíclica, uma piora de suas condições materiais de existência. Hoje quase a metade da população do mundo é forçada a reproduzir suas condições de existência sob formas que contrastam fortemente com o “mecanismo de mercado”, idealizado com o regulador absolutamente dominante do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2003, p. 28).

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas, as ações do capital na perspectiva de recuperação da taxa de lucro e superação da crise têm sido devastadoras para a classe trabalhadora. Neste contexto, as transformações no mundo do trabalho resultaram no aprofundamento da exploração laboral através da inserção de novas estratégias de gestão como o toyotismo e políticas sociais neoliberais de acumulação, que contribuíram para a retirada de direitos trabalhistas, configurando vínculos e relações de trabalho cada vez mais frágeis, aumento do desemprego estrutural e desespecialização. Anes (2018, p.126-127) considera que a educação vem sendo diretamente impactada pelo modelo de produção flexível no sentido de “produção de ações e práticas que acompanham a produção do consentimento ativo da população, promovendo a ampla difusão do neoliberalismo e formando trabalhadores disponíveis às exigências toyotistas [...]”.

Antunes (1995, p.56) assevera que o “toyotismo estrutura-se a partir do número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através das horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições do mercado”. Em tal conjuntura a classe trabalhadora é confrontada com processos que concorrem para o aprofundamento das condições de precariedade e crescimento do desemprego estrutural em diversos países. Assim, a flexibilização do trabalho, a desespecialização, a intensificação das atividades, o emprego temporário, o refluxo do movimento sindical, a desvalorização salarial são fenômenos, entre outros, que contribuem para tornar o trabalho cada vez mais precarizado.

Diante do exposto, a educação, adquire grande relevância na administração da crise e formação de mão-de-obra adaptada às novas exigências do mercado de trabalho. A conformação das transformações no processo produtivo é assimilada pela educação através da execução de políticas públicas orientadas por agências internacionais a serviço da ideologia das potências capitalistas centrais, a exemplo do Banco Mundial, políticas estas, muitas vezes, desconhecidas pela categoria docente. As práticas pedagógicas e concepção de educação propagadas nas escolas não são neutras na sociedade de classe, obviamente não o são no capitalismo. Ao contrário, se apresentam carregadas de intencionalidade e cumprem um papel ideológico de suma importância (SAVIANI, 1999).

Nesse caso, Anes (2008, p. 127), argumenta que tal processo tem implicação direta na atividade docente:

Entende-se que no trabalho exercido pelos professores repercutem ideias, valores, conceitos, práticas e formações que podem interferir diretamente nas subjetividades dos homens em formação, por isso o controle sobre o professor tornou-se decisivo e fundamental para o alcance dos objetivos e ideais almejados pela reestruturação da ordem burguesa.

Considerando sua relevância na formação de uma força de trabalho adequada à manutenção da ordem do capital, o controle da ação dos professores na construção e propagação de ideias são, nesse ponto, objeto de suma relevância. Contraditoriamente, essa relevância do papel docente nem sempre é gerida pelo capital a partir da valorização do magistério, mas pela precarização de sua atividade que obtém esse efeito pela alienação presente em sua formação e no seu exercício profissional, especialmente em países como Brasil, em vista de seu lugar no sistema capitalista de produção e distribuição internacional da força de trabalho.

No que concerne ao trabalho docente, a precariedade exacerbada é verificada pela desvalorização salarial, aumento das competências exigidas, multiplicação de tarefas e obrigações, pressão para adequação aos índices exigidos, assédio moral, além do aumento dos contratos temporários em vista da não realização de concurso público para provimento das carências, do arrocho salarial, insuficiência ou inexistência de planos de cargos, carreiras e salários. E conforme denúncia Oliveira (2004, p. 1140) a perda de conquistas trabalhistas e previdenciárias “oriundas dos processos de reforma do aparelho do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precarização de emprego no magistério público”.

Constatamos que a flexibilização das relações de trabalho, através, por exemplo, dos contratos temporários, é uma realidade comum na rede pública de ensino do Estado do Ceará, assim como, o não pagamento efetivo do piso nacional da categoria definido nacionalmente pela lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que o estabeleceu para os profissionais do magistério público da educação básica. Notamos que a volubilidade dos contratos temporários se apresenta como uma das formas mais precarizadas de exercício do magistério, pois submete o professor a uma carga maior de pressões e de desmandos, além de não assegurar a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

Os preceitos da produção flexível, que no ambiente fabril se impõe aos trabalhadores através das multitarefas, da desespecialização e da intensificação das atividades desenvolvidas durante a jornada de trabalho (ANTUNES, 2009), faz-se perceptível na educação escolar com o crescente aumento da carga de responsabilidades atribuídas ao professor no desempenho da docência, inclusive o aumento crescente de demandas burocráticas e o exercício de atividades para além do escopo de formação profissional. Oliveira (2004, p. 1132) identifica que “muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras”. Tal processo configura “em uma reestruturação do trabalho docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição” que deixa de ser considerado “apenas como atividade em sala de aula” passando a englobar “a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Desta forma, Oliveira (2004) constata que os imperativos capitalistas interferem cada vez mais nos objetivos da educação, fomentando transformações nas características das atividades docentes tanto nos limites do “chão da sala de aula”, quanto fora dela, em relação com a sociedade a que pertence. É cada vez mais comum que os professores desempenhem muitas atividades que não tem relação com sua formação acadêmica, com as quais comumente não se identificam sob o peso do discurso da flexibilidade e da adaptabilidade.

No Brasil, o Banco Mundial é o principal financiador de projetos no setor educacional para viabilizar as reformas educacionais que definem novas políticas de gestão e financiamento da educação, condicionando a liberação de seus recursos a medidas como a redução dos gastos públicos, a desregulamentação dos mercados, a abertura econômica e a privatização das empresas estatais, com o papel de reduzir a intervenção social do Estado na economia (SOUSA, 2014), na perspectiva de transformar a atuação do estado em mero regulador da ação do capital.

Soma-se a este cenário, a crescente interferência dos gestores nas atividades docentes como forma de fiscalizar sua adequação ao ideário de formação para o mercado. Acerca deste aspecto, Vieira (2013, p. 36) reforça que as ações de controle da força de trabalho do docente se vinculam a exigência de atividades eficazes e que apresentem resultados mensuráveis. Para o pesquisador esse processo resulta “no crescimento da burocratização das tarefas diárias, que traduzem a racionalização das instituições de ensino a fim de

enxugar substancialmente as suas finanças”. Depreende-se, portanto, que o comando instituído através de diretrizes, pactos e planos, extrapola o âmbito legal da educação e se reverte em mecanismos de gerencialismo tecnocrático e vigilância do cotidiano escolar com profundas repercussões nas práticas docentes.

TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APONTAMENTOS SOBRE A PRECARIZAÇÃO

No contexto da crise econômica do capitalismo, na atualidade, ganha relevo o crescente apelo à profissionalização como mecanismo de inserção no mercado de trabalho. Este discurso está presente nas políticas públicas para a educação, com a proposta de oferta de uma educação profissional integrada ao ensino médio. Esta nova modalidade de educação profissional se reivindica como alternativa viável na narrativa de que o esforço individual e a busca pela qualificação profissional são caminhos para a melhoria da qualidade de vida, e a escola integrada melhoraria a qualidade dessa formação. Assim, é na esteira da discussão sobre a educação profissional brasileira que nos propomos a analisar brevemente as características do trabalho docente no âmbito das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, do Ceará.

A inauguração das primeiras EEEP no estado ocorreu no governo Cid Gomes, em 2008, como adesão do governo cearense à política federal de profissionalização no ensino médio, implementada através do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e do Programa Brasil Profissionalizado, regulamentados pelos Decretos nº 6.094, de 24 de abril de 2007 e nº 6.302, 12 de dezembro de 2007. Este projeto se desenvolveu em consonância com a Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008) que estabeleceu as diretrizes para a educação profissional em nível médio. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Compor o Programa Brasil Profissionalizado garantiu a assistência financeira da União aos estados participantes, mas ela estava condicionada à adesão e compromisso no cumprimento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O pano de fundo do Programa Brasil Profissionalizado, assim como do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação são as diretrizes do Banco Mundial para os países periféricos.

Xerez (2013, p. 114) alerta para o modelo de funcionamento das EEEP e sua relação com as macropolíticas difundidas pelos organismos internacionais “as quais refletem toda a ideologia que sustenta a sociedade capitalista contemporânea, com aporte no empreendedorismo, na flexibilização, na sociedade do conhecimento, nas parcerias público privado, na globalização da cultura e na quebra de fronteiras para o capital humano”. Destarte, a política de Educação Profissional do estado do Ceará dialoga diretamente com as demandas do grande capital visando à formação de uma mão de obra adaptada ao mundo globalizado. Em outros termos, uma formação profissional que tenha como base o desenvolvimento do espírito empreendedor e assentada no paradigma da flexibilidade. No caso brasileiro, voltada para a produção de baixa tecnologia, montadoras multinacionais e a exportação de commodities.

Pereira (2019) aponta que as EEEP têm como característica central a adoção de um padrão de funcionamento de cunho empresarial, tendo como predicados deste modelo educacional: a prática da educação para o trabalho, a pedagogia da presença, o empreendedorismo, a adaptabilidade, a flexibilidade e a delegação planejada. Sobre o processo de padronização das estratégias operacionais da educação profissional, Sabino (2015, p. 98), destaca que o “Estado intermedeia a educação profissional no sentido de prover o competitivo mercado de trabalho e atender os interesses do capital”. Ele acrescenta que o ensino profissionalizante se desenvolve em sintonia “com a recente explosão de crise aberta do capitalismo mundial, que busca solucionar os seus impasses torrando emprego e barateando o preço da força de trabalho”. Deste modo, “no Ceará, a visão predominante no cerne do modelo aplicado se alia às conveniências de um regime social embasado na desumanização do único elemento progressivo em seu universo de paradoxos: o proletariado”.

A flexibilização das relações trabalhistas, o aumento das atividades realizadas por cada trabalhador e o aprofundamento da precarização do trabalho respondem às demandas do capital em crise. A educação profissional no Ceará se destaca por estar inserida nesse contexto como mecanismo de formação aligeirada de mão-de-obra, em que os professores das EEEP são pressionados a colaborar com esse projeto educacional. Para trabalhar nestas escolas os docentes são submetidos a rigoroso processo seletivo, que visa identificar a adequação do profissional aos objetivos das EEEP. Para tanto os candidatos participam de um seminário sobre o funcionamento da escola baseado no modelo de gestão empresarial e assinam um termo de adesão ao projeto das EEEP (PEREIRA, 2019).

Essa seleção é obrigatória, inclusive para os professores já aprovados em concurso público ou para os já aprovados em seleções para contrato temporário. Consideramos que esta triagem constitui um constrangimento aos professores já inseridos no quadro de professores do Estado. Uma vez selecionados para trabalhar nestas instituições os docentes são submetidos a avaliações de rendimento em que uma representação de alunos conceitua o trabalho dos professores como regular, bom, ótimo e excelente (PEREIRA, 2019). Esta avaliação é feita tomando como base características subjetivas, didático-metodológicas e atitudinais. Solicita-se também a esses professores: dedicação exclusiva no período diurno, além de um perfil proativo; flexibilidade para ministrar aulas em disciplinas fora da sua formação como empreendedorismo, projeto de vida e mundo do trabalho. Sabino (2015, p.89) avalia que “constituição do quadro docente das EEEP ocorre de maneira direcionada a adequação dos profissionais ao modelo empresarial adotado”, priorizando “a visão individualista-empresendedora, em vista a formação de educandos dispostos a, pós-conclusão dos estudos médios, buscarem a sobrevivência empreendendo cada um por si”.

Nesta via, percebemos que o objetivo central deste modelo educacional se norteia pela busca por resultados mensuráveis, que é um dos pilares da gestão empresarial e que se apresenta como mais um mecanismo de pressão à prática docente. A sobrecarga de atividades e responsabilidades dos docentes lotados em EEEP é verificada também no Projeto Professor Diretor de Turma - PPDT, em que é delegado a um professor o acompanhamento de uma turma em seus aspectos cognitivos e socioemocionais. Fica a cargo deste professor a gestão do cotidiano escolar de todos os alunos da turma sob sua responsabilidade; o desenvolvimento de estratégias para melhoria do rendimento escolar dos discentes; promoção de uma maior interação da família com a escola, além de coibir indisciplinas, entre outras funções (LIMA, 2017).

Vale destacar que a carga horária destinada ao desenvolvimento desta série de atividades é de apenas quatro horas semanais, sendo uma delas destinada a ministrar uma disciplina de formação para a cidadania. É sabido que o PPDT, que teve início em 2008 nas EEEP, atualmente também é implementado nas escolas regulares. No entanto, uma hipótese a se considerar é que as próprias características das EEEP, como a dedicação exclusiva e as elevadas exigências resultantes do ideário empresa-escola, podem estar colaborando para um maior desgaste e tensionamento dos professores diretores de turma atuantes nessas instituições.

Atestamos, neste íterim, que as condições de trabalho dos docentes nas EEEP alinhadas ao ideário de escola-empresa resultam no aprofundamento da precarização do trabalho docente. Conjectura-se que tal precarização é também vivenciada por professores das escolas regulares. O que difere as duas realidades, em verdade, é a subserviência declarada das escolas profissionais às necessidades do mercado. Este fenômeno tem como consequência para os professores a imposição de um perfil de trabalhador, como vimos anteriormente, flexível e adaptável, bem como um convencimento ideológico das suas responsabilidades junto ao sucesso da escola no cumprimento das metas hierarquicamente impostas (PEREIRA, 2019).

TRABALHO DOCENTE NA EEEP - UM OLHAR SOBRE O PERÍODO PANDÊMICO

A pandemia ocasionou a suspensão das aulas presenciais devido a necessidade de implementação do isolamento social, como principal estratégia para diminuição do contágio pelo COVID-19. A educação básica no estado do Ceará, a partir de meados do mês de março de 2020, estabeleceu o ensino remoto como principal ferramenta de continuidade do ano letivo, aplicado através da divulgação dos conteúdos por plataformas digitais e/ou por aplicativos informacionais.

Os impactos da pandemia na educação dos alunos foram abrangentes e variados, podendo ser averiguados em aspectos diversos como questões relacionadas ao acesso à infraestrutura básica como computadores, notebook, sinal de internet (Wi-Fi), celular, tablet, rede 4G, dentre outros recursos. Como problemas sociais resultantes da ausência de aulas presenciais, podemos observar: a carência de acesso à merenda escolar, a quebra do ritmo de estudo e uma maior exposição a situações de violência doméstica. Cabe elencar também os aspectos relativos à aprendizagem como dificuldades de compreensão dos conteúdos sem o apoio presencial do professor e dos colegas de turma, além da falta de auxílio em casa para realização das atividades. A professora Eloísa Vidal, especialista cearense na área de tecnologias digitais e gestão escolar, em matéria do Jornal O Povo, de 09 de julho de 2020, alerta que,

A educação com uso de tecnologias para alunos dessas faixas etárias - 6 a 10 anos e 11 a 14 anos - exige conhecimentos técnicos e pedagógicos que vão muito além de produzir conteúdo e disponibilizar por alguma

ferramenta online. Não é à toa que os estudiosos da educação a distância resistem tanto a introduzir essa modalidade de ensino na educação básica. O ensino médio demanda um tratamento específico, para além das soluções que estão sendo apresentadas e mesmo para o ensino superior, o uso das tecnologias digitais nesse momento está trazendo grandes desafios.

Em relação aos docentes, as dificuldades se expressaram na falta de preparo para adaptar a dinâmica da sala de aula ao ambiente virtual, inclusive por carência de formação nessa área; na ampliação da jornada de trabalho sem aumento da remuneração e na pressão para a rápida adequação ao ensino remoto. Em outros termos, o docente se viu forçado a manejar ferramentas de ensino online, muitas vezes antes totalmente desconhecidas; a fazer o uso de plataformas digitais; a gravar e postar vídeo aulas; a realizar e mediar videoconferências; além de todo o planejamento necessário para elaborar os conteúdos a serem trabalhados sob esse novo formato.

O aumento dessas demandas configurou sobrecarga de trabalho e ampliação das atividades relacionadas ao ensino, inclusive não remuneradas, além do agravante do docente não ter tido uma formação específica para este tipo de ensino, ancorado no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC. A esfera da vida privada do professor também foi fortemente prejudicada, visto que muitos profissionais utilizam seus aparelhos celulares e/ou computadores de uso pessoal para administrar o ensino remoto, divulgando seus números de telefone e e-mails privados para toda a comunidade escolar. Conforme relatos de alunos e docentes apurados pela jornalista Luiza Tenente, em matéria vinculada ao Portal do Jornal O Globo G1, do dia 05 de maio de 2020, acerca da rotina do projeto de educação remota em tempos de pandemia, se observa o caráter de precarização e dicotomia presentes em depoimentos de professores como o do excerto abaixo:

Nosso celular virou instrumento de trabalho. Não autorizei que usassem meu número para colocar em grupos de WhatsApp com alunos. Ninguém garante minha segurança e minha privacidade, não sei o que poderiam fazer com o meu contato [...] Acordo e durmo trabalhando. A escola pediu para estipularmos um horário, mas os pais nunca estão disponíveis durante o dia, porque também têm seus empregos. Uma mãe sempre chega às 23h e me manda mensagem com dúvida. Vou deixar de responder? Não vou. (TENENTE, 2020).

Nas EEEP a situação dos docentes é agravada pelo ideário empresarial proclamado nestas escolas, onde ideias de adaptabilidade, de flexibilidade e da pedagogia da presença já se encontram profundamente entranhadas. Assim é esperado desses docentes que, mesmo em uma situação atípica, com a vigência do ensino remoto devido à pandemia, seja garantida a continuidade do elevado desempenho dos índices escolares, do mesmo modo que haja continuidade da promoção e desenvolvimento do espírito empreendedor dos estudantes.

Diante do exposto, podemos correlacionar a precarização do trabalho docente com o agravamento da saúde mental dos professores devido a representativa quantitativa de profissionais que trabalham na área da educação e vivenciam, no sistema escolar público, um ambiente de extrema escassez, acentuado com a pandemia de COVID-19, o que se reflete na deterioração de suas condições de trabalho. Dejours (1992 apud Neves e Silva, 2006, p. 65) ao analisar “a relação trabalho-saúde, defende que o trabalho nunca é neutro em relação à saúde, podendo tanto favorecê-la, quanto contribuir para o adoecimento”.

O aumento de casos de depressão, de ansiedade e dos demais transtornos mentais que acometem os trabalhadores, não é um debate exclusivo do período pandêmico. Porém, no contexto da pandemia, sua exposição tornou-se cada vez mais visível, embora esses números não estejam ainda totalmente acessíveis, tendo em vista que a pandemia é um fenômeno atual e ainda em andamento.

Todavia devemos ter em mente que o processo de adoecimento é cumulativo, em decorrência dos anos de exercício da docência e das dificuldades existentes e que são vivenciadas individualmente e que estão, obviamente, relacionadas à subjetividade de cada professor bem como às condições de trabalho precarizadas. Contudo, todas essas dificuldades foram aguçadas em decorrência do isolamento, do distanciamento social e da precarização do trabalho docente. Sendo assim, mesmo que muitas vezes seja ofuscado ou considerado como um episódio de “pouca relevância” pela família, por colegas de trabalho e pelos gestores diretos e indiretos, esses sinais podem interferir no desempenho profissional dos docentes e comprometer seriamente sua saúde mental no curto e a longo prazo.

Seja pelo aumento das demandas cotidianas, que no decorrer da pandemia foram ampliadas pela necessidade, muitas vezes, de exercer concomitantemente atividades domésticas que não faziam parte de suas rotinas, o fato mais grave seria o entrelaçamento

entre a vida privada e profissional, não se impondo limites entre ambas. Além disso, a participação em outras atividades para além da “sala de aula”, ministradas de forma virtual, ou mesmo, pela atribuição de funções antes inimagináveis aos profissionais docentes que precisam se disponibilizar 24 horas por dia em decorrência do novo formato de ensino remoto, assim como, no contexto das EEEP, a busca pela manutenção dos altos índices de aprovação e alcance resultados mensuráveis através das avaliações externas e internas e do índice de empregabilidade.

Logo, ponderamos que mais pesquisas precisam ser feitas na busca de compreensão dos mecanismos de explosão e intensificação do trabalho docente através das práticas empresariais no contexto escolar, em especial no interior das EEEP, assim como descortinar novas práticas para a superação da precarização do trabalho docente, de modo que todos os indivíduos possam, como seria desejável, se desenvolver plenamente em sua generidade, estando em tempos pandêmicos ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos apontando que a precarização do trabalho é um fenômeno inerente à ordem do capital e como tal atinge todos os trabalhadores. Os ataques à classe trabalhadora observáveis na retirada de direitos, arrocho salarial, flexibilização das relações trabalhistas e avanço do desemprego se relacionam com o processo de crise capitalista. No que tange a categoria docente tal precarização se expressa de formas diversas, podendo ser identificada na baixa remuneração, aumento dos contratos temporários, sobrecarga de trabalho e outras formas de desvalorização da profissão. Identificamos que as particularidades das EEEP, no que se refere ao modelo de gestão empresarial, colaboram com o desenvolvimento de formas aprofundadas da precarização.

As competências pautadas na flexibilidade e adaptabilidade para a realização de múltiplas tarefas, bem como a sobrecarga de responsabilidades e adequação a um perfil específico de atuação profissional, são algumas características deste processo. As manutenções de tais exigências para os professores das EEEP, em meio à pandemia de COVID-19 e no contexto de ensino remoto, andaram na contramão da manutenção da saúde emocional e psíquica destes docentes e parecem acentuar esses processos de precarização e adoecimento.

Nesta via, intuímos que em meio a pandemia de COVID-19, as condições de trabalho dos professores, em particular das EEEP, foram consideravelmente comprometidas devido ao aprofundamento da precarização do trabalho em curso no Brasil. Assim sendo, o cenário pandêmico, ainda em curso, e suas reverberações na atividade docente são desconhecidas em sua completude, ressaltamos a necessária promoção de maiores investigações sobre o tema ora debatido em caráter exploratório.

REFERÊNCIAS

ANES, Rodrigo Roncato Marques. **Trabalho docente na educação superior: formação, profissionalização e emancipação do professor**. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed., 10 reimpr., São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Lei 11.741, de junho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm Acesso em: 12 jun. 2020.

LANDINI, Sonia Regina. Significado e sentido do trabalho docente: as contradições no trabalho e sua relação com os quadros de adoecimento psíquico. In: MONFREDI, Ivanise (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente**. São Paulo: Xamã, 2008.

LIMA, Vagna Brito de. **Professor diretor de turma: um estudo entre Brasil e Portugal acerca de uma política educativa do estado do Ceará.**/ Vagna de Brito de Lima - João Pessoa, 2017.

LUKÁCS, György. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas*, n. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser social II**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Rolnado Vielmei Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. *Revista Outubro - Revista do Instituto de estudos Socialistas*, São Paulo, n. 4, p. 7-15, 02/2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-crise-estrutural-do-capital/> Acesso em: 20 jul. 2020.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo, 2003.

MONTEIRO, Raquel Araújo. **Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socioeducativa: a transposição da lógica empresarial para a escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/13039> Acesso: 26 jul. 2020.

NEVES, Mary Yale Rodrigue; SILVA, Edith Seligmann. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. In: **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, ano 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v6n1/artigos/PDF/v6n1a06.pdf> Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614> Acesso em: 26 jul. 2020.

PEREIRA, Maria Elly Krishna dos Santos. **Manual didático para o desvelamento da precarização da práxis docente nas escolas estaduais de ensino profissionalizante do Estado do Ceará na crise estrutural do capital**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://ifce.edu.br/fortaleza/profept/dissertacoes-profept>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SABINO, Thiago Chaves. **A educação profissional no Ceará: o projeto ensino médio integrado sob a crítica marxista**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: http://www.uece.br/ppge/wp-content/uploads/sites/29/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o_THIAGO-CHAVES-SABINO.pdf Acesso: 20 jul. 2020.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 32ª edição, 1999.

SOUZA, Antonia de Abreu. **As recomendações do Banco Mundial para a educação profissional e o vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo**.

Educação profissional: análise contextualizada\ Antonia de Abreu Sousa, Elenice Gomes de Oliveira[organizadoras]. - Fortaleza: Edições UFC, 2014.

TENENTE, Luiza. **Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19.** *Portal G1*, 05 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml> Acesso em: 20 jul. 2020.

VIDAL, Eloisa. Eloisa Vidal: **Tecnologias, sim; educação a distância, não.** *Jornal O Povo*, Fortaleza, 09 de julho de 2020. Seção Opinião. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/25/eloisa-vidal--tecnologias--sim--educacao-a-distancia--nao.html> Acesso em: 26 jul. 2020.

VIEIRA, Elisandra Félix. **Os sentidos e significados que professores atuando em escolas de periferia constituem para as dificuldades e desafios encontrados na sua profissão.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16102> Acesso: 20 jul. 2020.

XEREZ, Antonia Solange Pinheiro. **Educação profissional no Ceará: políticas e práticas na efetivação dos centros vocacionais técnicos em cenários de reforma (1990-2010).** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/534> Acesso: 26 jul. 2020.